Respeitável

Fundação E-35 Para os Projectos Internacionais

Pemba, Moçambique

ASSUNTO: **PEDIDO DE PARTICIPAÇÃO A AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONSULTORIA PARA A REALIZAÇÃO DE PLANO INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍSUOS SÓLIDOS URBANOS DA CIDADE DE PEMBA (MOÇAMBIQUE) NO ÂMBITO DO PROJECTO “MAISPEMBA” - A city to city and multistakeholder approach for an integrated, sustainable and inclusive urban development of the city of Pemba - CSO-LA/2019/408-968 - CIG Z1B311CC2B**

Nome \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

nascido em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

residente em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Rua e número da casa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Província \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

País\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Tel.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

A quem devem ser endereçadas todas as comunicações relacionadas com este aviso.

**SOLICITO**

**PARTICIPAR A AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA A ATRIBUIÇÃO DE CONSULTORIA PARA A REALIZAÇÃO DE PLANO INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍSUOS SÓLIDOS URBANOS DA CIDADE DE PEMBA (MOÇAMBIQUE) NO ÂMBITO DO PROJECTO “MAISPEMBA” - A city to city and multistakeholder approach for an integrated, sustainable and inclusive urban development of the city of Pemba - CSO-LA/2019/408-968 - CIG Z1B311CC2B**

**E DECLARO**

*Ciente da responsabilidade criminal em que poderá incorrer em caso de declarações falsas,*

*nos termos do artigo 76º do Decreto Presidencial nº 445/2000, conjugado com artigo 442º do CPP, decreto número 16489 de 15 de fevereiro de 1929 de Moçambique.*

* ter residencia fixa em:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
* possuir, de acordo com o curriculum vitae anexo, os requisitos / experiências / competências requisitados no anúncio da vaga;
* não ter condenações penais pendentes, ou seja, não estar respondendo criminalmente em tribunal, não ser o destinatário à aplicação de medidas preventivas, decisões civis e medidas administrativas inscritas no registo criminal; nos termos do artigo 1º 27º, 28º, 76º e ss do C.P, Lei n.º35/2014 de 31 de Dezembro; [[1]](#footnote-1)
* estar consciente de que não está sujeito a procedimentos criminais; conforme artigo 29º conjugado com artigo 1º do CPP de Moçambique.
* não estar numa situação de incompatibilidade de nomeações para a Administração Pública, segundo artigo 7º da lei 10/2017 de 1 de Agosto (LGFAE).[[2]](#footnote-2)
* ter conhecimentos da língua portuguesa nos termos do Artgo 10 da CRM.
* ter lido e aceitado sem reservas o conteúdo integral e as disposições do aviso de manifestação de interesse em questão.

ASSINATURA

DATA

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Eu, abaixo assinado, expresso o meu consentimento para que os dados pessoais fornecidos possam também ser tratados por computador, de acordo com o Decreto Legislativo n.º 196 de 30.06.2003, para os cumprimentos relacionados com o processo de selecção.

Assinatura \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1. No que concerne a não responsabilidade criminal nos termos do artigo 27° e 28 ambos do código penal, é necessariamente que a pessoa não esteja imputável a um crime tipificado como diz os artigos citados: A responsabilidade criminal consiste na obrigação de reparar o dano causado na ordem jurídica, cumprindo a medida ou a pena, cfr artigo 27°, 28° do C.P. aprovado pela Lei n.º35/2014 de 31 de Dezembro, publicado no BR n°. 105, I Série, de 31 de Dezembro de 2014; [↑](#footnote-ref-1)
2. Nos termos da incompatibilidade da nomeação para administração pública encontra-se previsto no artigo 7 da LGFAE. A qualidade de funcionário e a de agente do Estado é incompatível com o exercício de outras actividades profissionais, designadamente: a) as declaradas incompatíveis por lei; as que possam comprometer o interesse público ou a imparcialidade exigida no exercício de funções públicas; c) as actividades profissionais que tenham horário coincidente com o do serviço público em que o funcionário ou agente do Estado esteja a realizar actividade; confere o artigo acima citado na Lei 10/2017 de 1 de Agosto, LGFAE. [↑](#footnote-ref-2)